



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2021**

Altera os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena do crime de estupro praticado contra pessoas idosas.



SF/21248.23559-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 213.**.....

.....

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos, ou ainda se é pessoa idosa:

.....” (NR)

“**Art. 217-A.**.....

.....

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no *caput* com alguém que, por enfermidade, doença mental ou em razão de idade avançada, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

## **JUSTIFICAÇÃO**

O estupro praticado contra uma pessoa idosa, além de ser um crime bárbaro, é uma conduta covarde, uma vez que, em muitos casos, a vítima possui uma menor capacidade de oferecer resistência, ou até mesmo nenhuma.

Atualmente, o Código Penal prevê, para os crimes contidos no Título VI (Dos Crimes contra a Dignidade Sexual), o aumento de pena “de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador, ou se a vítima é idosa ou pessoa com deficiência” (art. 234-A, IV).

Ademais, o Código Penal prevê ainda a possibilidade de aumento cumulativo da metade, se o agente for curador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 226, II). É o caso, por exemplo, do idoso que foi considerado incapaz e para o qual foi nomeado curador, ou até mesmo de uma pessoa bem idosa ou com problemas de saúde, onde os filhos têm autoridade sobre ela.

A nosso ver, esses agravamentos de pena, previstos na legislação vigente, são brandos e não reprimem com rigor essa conduta criminoso odiosa.

Diante disso, propomos o presente projeto de lei para considerar estupro qualificado, com pena de reclusão de 8 (oito) a 12 (doze) anos de reclusão, o estupro em que a vítima é pessoa idosa. Além disso, se em razão dessa condição etária, a vítima não tiver discernimento para a prática do ato sexual ou, se por qualquer outra causa, não puder oferecer resistência, o fato em questão será tipificado como estupro de vulnerável, com pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Com essa medida, pretendemos reprimir e inibir a prática dessa conduta abominável, que traz danos irreparáveis para a vida da pessoa idosa, a qual, pela condição de idade avançada, já é naturalmente vulnerável.



SF/21248.23559-80

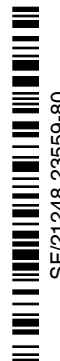


**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

Por todos esses motivos, apresentamos este projeto, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **Luiz do Carmo**



SF/21248.23559-80